

POLÍTICA E ECONOMIA EM MINAS GERAIS: UM BALANÇO DOS ANOS 90

Otávio Soares Dulci

A política mineira constitui tema de permanente interesse, para os observadores de dentro e de fora do estado. Em parte, isso ocorre em virtude da difusão de toda uma mitologia que atribui às suas elites qualidades especiais no jogo do poder. Contudo, vista de outro ângulo, a dimensão política assumiu em Minas Gerais características singulares em face de outras partes do Brasil, sendo particularmente acentuada a sua influência sobre os caminhos do desenvolvimento econômico regional. É em torno dessa questão que gira o presente trabalho, com o propósito de abordar o cenário contemporâneo.

1 A TRAJETÓRIA DESENVOLVIMENTISTA DE MINAS

Para melhor situar o presente, convém recapitular alguns elementos do passado que levam a destacar a importância dos fatores políticos na trajetória mineira. Na bibliografia, a centralidade desta dimensão tem sido bastante enfatizada. No entanto, a natureza da relação entre as esferas política e econômica é ponto controvertido. Nos estudos dos historiadores e dos cientistas sociais que se ocuparam do tema encontram-se duas vertentes: uma delas tende a encarar o processo político como expressão de interesses econômicos de tipo classista; outra vê a política como esfera autônoma, dissociada do mundo da produção, pautando-se por interesses de tipo clientelístico. É óbvio que as implicações analíticas dessa divergência são bastante consideráveis, resultando em interpretações da história e em diagnósticos do presente, com suas projeções para o futuro, fundamentalmente antagônicos. De todo modo, pode-se dizer que há acordo entre os adeptos de ambas as vertentes no que diz respeito à posição dominante desempenhada em Minas pelo Governo Estadual, a par de outros fatores de cunho político-institucional, no encaminhamento do processo de modernização regional.

De fato, a experiência mineira de desenvolvimento foi única no Brasil e apresenta relevância comparativa até mesmo em escala internacional, dada a precocidade com que se procurou enfrentar o problema do atraso econômico regional. Este problema, diagnosticado já em fins do século XIX, foi alvo de tentativas para enfrentá-lo desde a mudança da capital para Belo Hori-

zonte. O caso de Minas, nesse sentido, confirma claramente a hipótese – aventada por Trotski e Veblen, depois elaborada por Gerschenkron e outros autores – da correspondência entre o grau de atraso relativo e o grau de politização (ou de “direção organizada”, conforme Gerschenkron) de que se reveste o processo de recuperação do atraso.

Analisando comparativamente os modelos de desenvolvimento regional no Brasil, interessei-me pelos casos que não se enquadram no esquema de centro-periferia. (Dulci, 1999). Neste esquema, o desenvolvimento do centro decorre da dinâmica do mercado e o desenvolvimento da periferia, dada sua fragilidade, depende de iniciativa externa (do Governo Central, tipicamente, movido por razões estratégicas). Contudo, entre estes dois pólos encontram-se situações intermediárias que se caracterizam pela possibilidade de combinar as duas lógicas. Dispõem de certo potencial em termos econômicos e podem viabilizá-lo por meios políticos, criando condições institucionais de impulso ao desenvolvimento. Foi o que ocorreu em Minas Gerais ao longo do século XX. O mesmo padrão se reproduziu a partir de meados do século nos Estados do Sul do País, notadamente no Rio Grande do Sul. E ultimamente observam-se esforços análogos mesmo no Nordeste (no Ceará e na Bahia).

Entre os diversos fatores que condicionam esse tipo de empreendimento, três ingredientes políticos se destacam. Primeiro, a iniciativa interna do processo. Segundo, uma convergência suficiente das elites políticas e econômicas regionais em torno da meta do desenvolvimento. Terceiro, a solidez do sistema de poder vigente, ou seja, a hegemonia do bloco de poder sobre o restante da sociedade. A trajetória de Minas constitui exemplo notável dessas condições: houve um esforço próprio para superar as precariedades da economia regional, envolvendo o conjunto das elites, as quais, bem articuladas, detinham amplo domínio sobre a população. Tendo isso em conta, é razoável considerar parcialmente verdadeiras as duas vertentes do debate, acima mencionado, sobre o nexos política/economia na experiência mineira. O consenso estratégico que se estabeleceu em torno do projeto desenvolvimentista é uma evidência muito forte da interação das duas esferas e dos respectivos grupos de interesse. Por sua vez, a tese oposta tem razão ao insistir na importância da política de clientela, pois esta foi o instrumento decisivo de controle político que permitiu ao Governo Estadual e às elites a ele associadas ampla margem de liberdade para levar adiante seu projeto de modernização “pelo alto”.

Esse foi o arcabouço que propiciou durante muito tempo a implementação de políticas destinadas a superar ou pelo menos reduzir a defasagem da economia mineira em face de áreas mais prósperas do País. No entanto, cabe indagar: por que essa preocupação se instalou tão cedo?

O que explica o pioneirismo de Minas na implementação de fórmulas desenvolvimentistas?

A preocupação derivava em grande parte da percepção do atraso como problema eminentemente político. Uma idéia corrente, durante décadas, foi a da “perda de substância” de Minas, expressão que designava declínio econômico relativo dentro do Brasil, mas que pode ser lida noutro sentido, o de declínio do sistema regional de poder tanto internamente quanto externamente (ou seja, no cenário nacional). Uma indicação dessa “perda de substância” seria a contínua perda de população para outros estados, significando perda de eleitores e abalo no prestígio da oligarquia.

Além disso, a direção estratégica assumida desde cedo pelo processo de desenvolvimento mineiro liga-se a um fato muito importante, que permanece em pauta ao considerarmos o momento atual. Trata-se da constatação de que Minas Gerais não é, nunca foi e aparentemente nunca será, uma unidade definida em termos econômicos ou culturais. Seu grande laço de união é político e administrativo. Expressa-se pelo Estado, com seus três poderes e respectivos agentes, que se distribuem pelo território e lhe dão certa coesão. Sem dúvida, é uma situação peculiar, sobretudo se tivermos em conta o peso nacional de Minas.

Embora precária, a união das áreas que constituem o território mineiro foi facilitada pelo modo de organização do poder oligárquico, que continuou funcionando mesmo depois que o sistema político estadual adquiriu fisionomia mais poliárquica. Refiro-me à composição colegiada dos governos, dos órgãos partidários e até de entidades privadas (empresariais, trabalhistas, *etc.*) que atuam em escala estadual, com vistas a assegurarem a representação de todas as partes do estado. Em seu estudo da Primeira República, John Wirth (1982) notou que a ordem política em Minas se assemelhava a um minissistema federal, e essa observação continua pertinente para os nossos dias. Assim, preveniam-se os impulsos separatistas, recorrentes no século XIX e que voltaram à tona no Triângulo em fase recente.

Não obstante, uma unidade pouco mais que política é bastante vulnerável, daí o esforço realizado para suplementá-la com mecanismos de articulação cultural e econômica. A simbologia da “mineiridade” tem desempenhado função marcante nesse sentido, talvez mais para dar coesão às próprias elites, operando como uma espécie de ideologia da classe dominante, do que para generalizar um senso de identidade regional entre a população. De todo modo, sua importância como instrumento ideológico é patenteada pelo uso freqüente que dela têm feito as autoridades e os intelectuais ao longo do tempo. Sobretudo em conjunturas de disputa com o poder central.

Tentativa análoga ocorreu na esfera econômica. Aí as dificuldades eram inúmeras: a posição mediterrânea do estado, sem acesso direto ao mar; a deficiência das comunicações internas; a baixa fertilidade da terra; a topografia acidentada; a incômoda vizinhança do eixo dinâmico do País (Rio-São Paulo), que exerce um forte efeito centrífugo sobre a Mata e o Sul de Minas. O alvo dos formuladores da política mineira foi, desde logo, o de criar alguma polaridade interna – a começar pela construção de uma nova capital, iniciativa ousada para a época. Pouco mais tarde – no congresso das classes produtoras de 1903, realizado em Belo Horizonte sob a liderança de João Pinheiro – foi traçada uma estratégia de fomento à diversificação da economia regional, difundindo-se a idéia da policultura para reduzir o peso do café na pauta produtiva (e tributária) do estado. Era uma fórmula de crescimento para dentro, visando a substituir importações. Esse objetivo esteve presente em toda a primeira metade do século XX, mas nem sempre com a mesma ênfase. Ganhou máxima importância na primeira década e nos anos 30, épocas de crise da cafeicultura. A partir da Segunda Guerra Mundial, tomou forma uma segunda estratégia, mais claramente dirigista, voltada para a industrialização, concentrando-se no segmento de bens intermediários. A inversão de prioridades tinha a ver com os rumos do mercado nacional, crescentemente dominado por São Paulo, que prejudicavam a idéia inicial dos mineiros de crescimento para dentro. Em tais circunstâncias, tratava-se de explorar vantagens comparativas, o que significava integrar-se no novo sistema de divisão interregional do trabalho.

Ambas as estratégias estavam referidas à idéia de conferir maior densidade interna à economia mineira. Politicamente, porém, seus efeitos eram distintos. O modelo de diversificação, por sua própria natureza, podia abrir oportunidades às diversas partes do estado, com suas respectivas vocações e recursos exploráveis. Era um modelo de integração equilibrada, tanto espacialmente quanto no tocante aos setores produtivos – agricultura, agroindústria, indústria manufatureira, mineração, comércio, *etc.* O modelo de especialização, por sua vez, era basicamente centralizador, na medida em que optava pela concentração dos esforços na indústria da Zona Metalúrgica e áreas adjacentes como o Vale do Aço. Ele era capaz, nas circunstâncias, de provocar mais rapidamente o crescimento da economia estadual, esperando-se que do centro mínero-siderúrgico emanassem os efeitos da modernização para a periferia, ou seja, as outras áreas.

Não foi bem isso que aconteceu. As estradas que se destinavam a levar o progresso para o interior serviram, antes de tudo, para alavancar o êxodo rural e a emigração para outros estados. Contudo, do ponto de vista dos ín-

dices de crescimento, o modelo de especialização industrial foi bem sucedido a longo prazo, atingindo o seu ápice nos anos 70.

A essa altura, o quadro político apresentava feição diversa da que havia preparado as condições institucionais favoráveis ao êxito do empreendimento mineiro. O regime de 1964-85 promoveu forte centralização de poder na União, em detrimento das unidades federadas, as quais foram avassaladas e viram reduzidos os espaços de que dispunham para implementar políticas autônomas de desenvolvimento. Porém em Minas esse efeito parece ter sido reduzido, pois as iniciativas institucionais básicas vinham de antes e o sistema de fomento econômico governamental estava praticamente consolidado. Isso possibilitou, inclusive, que o estado tirasse partido do movimento de desconcentração industrial que o Governo Federal induziu na década de 70, antecipando-se aliás a essa tendência com a implantação da Fiat Automóveis em Betim.

2 MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO DOS ANOS 80 AOS 90

Nos anos 80, o modelo de desenvolvimento nacional no qual se encaixava a estratégia mineira de industrialização deu mostras evidentes de esgotamento. A despeito disso, podia-se dizer que o processo de recuperação econômica regional estava amadurecido. Ao mesmo tempo, as condições políticas e institucionais que haviam sustentado este empreendimento pareciam extinguir-se.

Diante disso, Clélio Campolina Diniz levantou uma discussão oportuna sobre o movimento paradoxal de “passagem do fraco poder econômico e o forte poder político mineiro do passado para o fortalecimento econômico e o enfraquecimento político recentes” (Diniz, 1986, p. 317). O enfraquecimento político, em sua opinião, resultava da conjugação de vários fatores, destacando-se entre eles o declínio da elite política tradicional, substituída no proscênio pela tecnocracia a partir de 1964; a queda posterior desta última, com a abertura democrática dos anos 80; a fragilidade nacional do empresariado mineiro (do qual caberia esperar no novo cenário capitalista do estado uma atuação política mais forte), derivada do fato de que o grande capital investido em Minas é externo; e aspectos ligados à abertura democrática em si, notadamente quanto à desorientação ideológica dos partidos políticos.

É interessante observar que todos estes fatores se ligam às transformações estruturais provocadas ao longo do tempo pelos próprios grupos dirigentes. Assim, pode-se estender para a classe política tradicional e a tecnobu-

rocracia a idéia de “estratégia de um revés” que Ignacio Delgado (1997) propôs para qualificar o efeito da atuação do empresariado em prol da industrialização regional. Com efeito, a Federação das Indústrias, a Associação Comercial e outras entidades empresariais se envolveram ativamente, a partir dos anos 40, no apoio a iniciativas e projetos de investimento (estatal e estrangeiro) cuja implantação, no entanto, relegava a plano crescentemente secundário o capital local. Pois um revés similar sucedeu aos quadros técnicos que formularam e gerenciaram as políticas econômicas mineiras. Uma característica marcante da administração estadual, desde os anos 30 até os 70, havia sido a presença, em posições-chave da área econômica, de personalidades politicamente fortes, amparadas por boa assessoria técnica – Israel Pinheiro, Lucas Lopes, Américo Giannetti, Magalhães Pinto, Paulo Camilo Penna, Fernando Reis e Paulo Haddad e outros. No entanto, com a abertura democrática dos anos 80, esse padrão foi abandonado. Um pouco depois do mencionado artigo de Campolina sobre o enfraquecimento político de Minas, o Governo Newton Cardoso (1987-90) se encarregaria de comprovar cabalmente seu diagnóstico do fim da tecnocracia, ao promover uma espécie de desmanche do Estado que dificilmente seria revertido mais tarde à luz das novas idéias de liberalização e reforma do Estado vigentes nos anos 90.

Quanto à elite política tradicional, seu antigo monopólio de poder foi claramente fragilizado pela expansão de uma estrutura capitalista que se irradia cada vez mais para o campo político, fazendo coexistir várias modalidades de organização político-eleitoral. Se nas áreas menos desenvolvidas ainda resistem chefias e máquinas oligárquicas, de tipo coronelístico, nos centros maiores têm emergido lideranças de origem empresarial, dando à política uma fisionomia “moderna” que foi muito estimulada pelo regime ditatorial. No interior vêem-se freqüentemente grupos políticos que combinam os dois perfis, numa simbiose entre o velho e o novo que não é nada surpreendente em contextos de modernização conservadora. Além disso, uma modalidade emergente é a que corresponde ao mundo do trabalho, com a ascensão de dirigentes sindicais e de expoentes de movimentos populares a cargos públicos, fenômeno que é mais saliente em áreas de forte concentração operária.

A presença de líderes empresariais em funções parlamentares e de governo não é propriamente uma novidade em Minas, como tive oportunidade de demonstrar em trabalhos anteriores (Dulci, 1990; 1999, cap. VII). Tem havido, de longa data, um trânsito de mão dupla entre os dois campos, que se acentuou aliás com a interpenetração entre o empresariado e a tecnoburocracia – daí o rótulo de tecno-empresário que se aplica a inúmeras personalidades polivalentes. No entanto, desde a abertura dos anos 80 houve uma incorporação contínua de quadros empresariais à arena política. Um impulso para isso

foi dado pela realização da Assembléia Constituinte de 1987-88, dada a magnitude dos interesses em jogo. Mas não era uma tendência meramente episódica, a julgar pelo pleito seguinte, em 1990, quando foram eleitos para a Câmara dos Deputados 24 empresários, ligados a ramos diversos (indústria, agricultura, pecuária, comércio, serviços), que perfaziam 45% do total das 53 cadeiras da representação mineira. Essa porcentagem oscilou um pouco nas eleições seguintes, estando hoje em torno de 40%.

Trata-se de fato digno de atenção, mas cujo significado é relativizado se diferenciarmos esse contingente de deputados-empresários em termos de seus padrões de carreira. Assim, uma parte deles se iniciou na política em cargos municipais (como prefeitos, por exemplo), daí passando para a Assembléia Legislativa e/ou para a Câmara. São mais políticos que homens de negócios. Outra parte se iniciou na política depois de fazer carreira no setor privado (vários foram dirigentes de classe), candidatando-se diretamente para o Congresso Nacional. Esse tipo, sim, tende a representar organicamente a visão do capital e a trabalhar pelos interesses de seus segmentos produtivos. Convém destacar que a maioria dos deputados-empresários mineiros se enquadram nesse segundo grupo.

Por sua vez, a parcela de deputados federais ligados à área sindical/popular cresceu de 7 em 1990 e 1994 para 9 em 1998 (estou incluindo nessa soma um deputado que representa a categoria dos policiais militares). Assim, adicionando-se os deputados-empresários com os deputados sindicalistas e afins, temos uma proporção considerável de membros de extração classista. Há também um número pequeno, mas que cresce a cada eleição, de deputados eleitos por seitas e movimentos religiosos. O restante da bancada corresponde ao perfil clássico do político de carreira, embora não necessariamente tradicional. A presença das clássicas “famílias governamentais”, de raízes oligárquicas, na alta representação mineira é assim cada vez menor.

3 MINAS E O NOVO MODELO BRASILEIRO

Temos, com isso, um panorama da desagregação do antigo bloco de poder que sustentou historicamente o processo mineiro de recuperação econômica. Surgiu em seu lugar um leque de atores bem diverso, precisamente como fruto da modernização urbano-industrial. Entretanto, esses deslocamentos emergiram no bojo de uma certa trajetória do Brasil, pautada pela idéia de crescimento autônomo, que seria profundamente redefinida ao longo dos

anos 90. Nos últimos dez anos os rumos do País foram bastante modificados, o que acrescentou novos elementos ao contexto político mineiro.

Em primeiro lugar, a internacionalização da economia mineira, que foi um dos aspectos relevantes do modelo de desenvolvimento regional pelo menos a partir dos anos 70, tende a se aprofundar com a internacionalização da economia brasileira. Tal como no resto do País, têm aumentado as transferências de controle de empresas locais para grupos externos, assim como fusões e parcerias estratégicas em variados setores de atividade.

Igualmente importante, por seu impacto político, é o processo de privatização de grandes empresas, algumas emblemáticas para Minas, como as siderúrgicas e a Vale do Rio Doce, sem contar as companhias de telecomunicações e de energia elétrica. Entre as suas conseqüências, está a perda de influência política sobre tais setores, agora fora do alcance do Governo Estadual. E aqui não me refiro propriamente ao fato de as empresas estatais terem sido usadas por políticos, uma crítica difusa que ajudou a justificar a privatização. Refiro-me principalmente à importância histórica das estatais mencionadas para o processo de recuperação econômica regional, dada a influência que as elites mineiras exerceram na sua criação e consolidação. Por outro lado, as privatizações podem resultar em fortalecimento político do empresariado estadual, aumentando sua influência dentro e fora de Minas, na medida em que a ele se integrem os novos controladores ou seus representantes locais de maior peso.

Deve-se analisar ainda os efeitos do novo modelo brasileiro sobre o quadro interregional. Efeitos econômicos e efeitos políticos de largo alcance. Economicamente, as medidas de liberalização, orientadas para estimular uma dinâmica de mercado, despolitizam a questão das desigualdades regionais. Em princípio, induzem à concentração da riqueza e do poder econômico. É certo que tem havido certa desconcentração regional de investimentos – o exemplo do Ceará mostra como utilizar vantagens competitivas para atrair empresas de outros estados. Considere-se também as eventuais desvantagens que o centro passe a apresentar, pois a concentração nem sempre é funcional, o que se comprova pela atual preocupação das elites de São Paulo com a “perda de substância” do estado, levando-as a competirem por projetos de investimento com surpreendente energia. Contudo, a lógica do modelo favorece a concentração econômica no Sudeste, o que pode ser vantajoso para Minas – ou melhor, para certas áreas de Minas bem posicionadas nesse novo contexto.

Politicamente, a Federação brasileira vive uma fase de dificuldades, que se traduz por disputas de estados entre si e com a União.

Há uma tensão, de cunho constitucional, entre a União e os estados, envolvendo inclusive os municípios, que são também entes da Federação. A Constituição de 1988, na esteira do movimento de democratização que a precedeu, é essencialmente descentralizadora. Estipula a transferência de responsabilidades e de recursos para estados e municípios, com o intuito de democratizar o serviço público, dar transparência à sua gestão e favorecer a participação da sociedade. Ora, a lógica do modelo econômico implementado pelo Governo Federal é eminentemente centralizadora. Um dos suportes do Plano Real, desde o início, foi o Fundo Social de Emergência, depois rebatizado com outros nomes, que retém em mãos da União parcela considerável dos recursos destinados, constitucionalmente, aos estados e municípios. Além disso, com o tempo, o Governo Federal caminhou sem reboços para uma nova centralização fiscal, fazendo aprovar taxas e contribuições (como a CPMF) que não precisam ser rateadas com os outros entes da Federação. Esse é um grave problema para o futuro do pacto federativo brasileiro. Pois coloca em questão a ordem constitucional do País: é federativa ou disfarçadamente unitária?

Entre os estados desenvolveu-se a chamada “guerra fiscal”. Expressão de uso corrente, mas muito significativa como metáfora, pois a idéia de guerra para descrever relações entre membros de uma federação é tudo menos trivial. A orientação liberal adotada na última década implica o abandono, pela União, de políticas de coordenação interregional. Assim, o campo ficou aberto para uma espécie de disputa hobbesiana entre os estados por investimentos, com concessões crescentes e até absurdas aos potenciais investidores. As rivalidades entre os grandes estados atingiram altíssima temperatura nos últimos tempos. Na origem estão as desigualdades regionais do País e a limitação de recursos para investimentos capazes de atenuar tais desigualdades. O distanciamento do Governo Federal diante da questão serve de estímulo a essas disputas. Na verdade, a União, desde o Governo Sarney, adotou clara atitude defensiva diante da descentralização de 1988, preocupando-se obsessivamente com meios de ampliar suas receitas enquanto leva adiante a descentralização de encargos.

O adiamento indefinido da reforma tributária (postergada desde a abortiva reforma da Constituição em 1993) só faz acentuar esse tipo de conflito. Portanto, a solução depende de ação decisiva do Congresso. Ao mesmo tempo, é também necessário que se volte a pensar em políticas de desenvolvimento regional, naturalmente que com metas e instrumentos diferentes daqueles usados no passado. Há algum esforço nessa direção, a exemplo do programa dos “eixos de desenvolvimento”. Este programa, lançado com certo alarde, está longe de ser um plano consistente de desenvolvimento capaz de equacionar os sérios desequilíbrios regionais do Brasil, mas é iniciativa im-

portante, sem dúvida. Precisa ser conhecido, discutido, e ocupar mais espaço na agenda do Governo Federal.

Como Minas vem se colocando nessa teia complexa de relações federativas? Houve dois tipos opostos de comportamento durante os anos 90. Hélio Garcia e Eduardo Azeredo procuraram estabelecer com Brasília relações cooperativas, sem atritos, situando-se mais como clientes da administração federal do que como protagonistas da política nacional. Dessa acomodação passou-se, com Itamar Franco, para uma posição de confronto, anunciada pela moratória do pagamento da dívida estadual junto à União, que não surtiu resultados do ponto de vista financeiro, embora tenha servido como potente fato político. Ambos os tipos de reação, apesar de opostos, denotam uma dificuldade de governança que se observa em Minas há um bom tempo. Essa dificuldade consiste num nítido descompasso entre política e administração.

Tanto Hélio Garcia quanto Eduardo Azeredo se esmeraram em despolitizar a condução do Governo Estadual, imprimindo-lhe feição mais administrativa que política. Essa orientação se expressou pelo modo como lidaram com a Assembléia Legislativa e com as forças políticas de modo geral, cooptadas quase todas para a órbita do Palácio da Liberdade, a despeito de tais forças se terem dividido claramente em ambas as eleições, a de 1990 e a de 1994. O alinhamento com Brasília fazia parte dessa rotina, apenas quebrada pela rebelião dos policiais militares de 1997, episódio que resultou da atitude meramente burocrática do governo do estado diante de focos potenciais de crise.

Itamar Franco se colocou em posição diametralmente oposta. Repolitizou intensamente o cenário estadual, deixando em plano secundário o lado gerencial do governo. Vale lembrar que ele se projetou na vida pública com uma administração considerada brilhante em Juiz de Fora (1967-70) e como Presidente da República, de 1992 a 1994, conduziu o País em circunstâncias difíceis, com saldo administrativo mais que razoável (o que o fez bastante popular). No entanto, como governador, encarou o mandato como instrumento de operação na política nacional – exatamente o que seus antecessores não quiseram ou não puderam fazer. Nesse ponto, Itamar Franco reproduz a atuação de Tancredo Neves, que assumiu o Governo de Minas em 1983 para fortalecer sua liderança no processo de transição que o levaria à presidência. Foi naquela época que se originou o descompasso entre ação política e desempenho administrativo que tem persistido até hoje.

4 MINAS E O FUTURO: PROSPECTOS PARA UM NOVO MODELO

Governo é política e é administração. Os dois termos são indissociáveis para uma governança efetiva. E esta continua absolutamente necessária. Temos hoje que lidar com velhos problemas não resolvidos, como a questão agrária, junto com os efeitos perversos (sociais, sobretudo) gerados pelo modelo de desenvolvimento regional, aos quais se somam os desafios impostos pelas intensas transformações globais. São problemas cumulativos, cujo equacionamento, diferentemente do passado, não pode ser confinado ao campo de iniciativa estadual.

É então possível, ou desejável, um novo modelo de desenvolvimento para Minas? Esforços têm sido feitos nessa direção e eles parecem justificar-se pela situação ambivalente da economia mineira. De fato, esta recuperou em boa medida o seu atraso, articulou-se ao centro dinâmico do País e segue a rota da internacionalização. Está em condições, portanto, de aproveitar as oportunidades do mercado. Mas não é o bastante. É improvável que a “mão invisível” ofereça soluções efetivas para dois problemas persistentes: o desenvolvimento desigual do território e sobretudo a gravíssima disparidade social. Ao contrário, tende a agravá-los, ao menos no curto prazo. Isso indica que não se pode prescindir de instrumentos institucionais, tal como no passado, mesmo que os instrumentos sejam diversos, pois os objetivos também são outros.

No entanto, quais as condições políticas para tanto? Uma questão decisiva diz respeito à possibilidade de extrair do novo espectro de atores uma coalizão suficientemente sólida de interesses capaz de enfrentar os dilemas do presente, tal como o fizeram os antigos perante o problema da “perda de substância”. Não é fácil. Naquela época, uma oligarquia influente falava por Minas e se impunha no cenário nacional. Sua capacidade de iniciativa resultava de uma convergência de interesses tão restritos e de um grau de controle político tão amplo sobre a população que nunca mais vão se reproduzir. E há ainda os óbices à governança, com o desmantelamento do próprio aparelho estatal. Não é de estranhar que a influência de Minas no cenário nacional tenha diminuído.

Mas isso não significa que se deva abdicar da capacidade de invenção e de ação política. Nesse ponto, a análise do passado nos oferece alguns bons ensinamentos.

5 REFERÊNCIAS

- DELGADO, Ignacio G. *Estado e Associações Empresariais em Minas: a Estratégia de um Revés*. Juiz de Fora: UFJF, 1997.
- DINIZ, Clélio Campolina. O Paradoxo Mineiro: Fortalecimento Econômico e Enfraquecimento Político. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 3, 1986, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1986.
- DULCI, Otavio Soares. Empresariado e Política em Minas Gerais. *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, n. 8, 1990.
- , *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. New York: Frederick A. Praeger, 1965.
- WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.